

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Pedro Henrique Ramalho Lima

**CORPORAÇÃO: UM PARALELO ENTRE O LOCAL E O GLOBAL:
AS INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS E AS INTERFERÊNCIAS NO PLANO NACIONAL.**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso). Orientador: Luiz Flávio Neubert.

Juiz de Fora
2018

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, PEDRO HENRIQUE RAMALHO LIMA, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201672219A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **CORPORAÇÃO: UM PARALELO ENTRE O LOCAL E O GLOBAL: AS INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS E AS INTERFERÊNCIAS NO PLANO NACIONAL**, desenvolvido durante o período de 06/08/2018 a 27/11/2018 sob a orientação de LUIZ FLÁVIO NEUBERT, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

PEDRO HENRIQUE RAMALHO LIMA

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

**CORPORAÇÃO: UM PARALELO ENTRE O LOCAL E O GLOBAL:
As influências internacionais e as interferências no plano nacional.**

RESUMO

O seguinte trabalho, visa discorrer sobre as corporações que adentram a estrutura política em busca de se tomarem o “ator político” do Estado nação, neste sentido traçando as características das corporações, faço uma análise da influência do mercado exterior e dessas organizações multinacionais no Brasil. O novo capitalismo torna-se como base de estudo para a análise desta nova caracterização da economia global. Este estudo se funda para além das camadas econômicas, visto que as estruturas e as organizações políticas se aglutinam ao fator econômico e possuem papel necessário para o compreendermos a partir de então o fenômeno da “privatização da democracia”. Neste contexto discorrer sobre a concentração de capital, compreender a internacionalização dos mercados e da produção e o fenômeno da globalização se fazem necessários para o entendimento desta “nova arquitetura de poder global” (Ladislau Dowbor) que dá margem para contextualizarmos com as ideias de “poder”, “estratificação” e “classe” em Weber.

PALAVRAS-CHAVE: Corporação. Globalização. Política. Estado. Economia.

1. INTRODUÇÃO

O mundo moderno nos desvencilhou totalmente do tradicionalismo em diversas estruturas, criou-se uma ruptura enorme entre o tradicional e o moderno. No entanto, a modernidade é “inerentemente globalizante” (GIDDENS, 1991, p.155). O fenômeno da globalização reestrutura as ordens sociais, políticas e econômicas, principalmente na extensão econômica. Em “Consequências da Modernidade”, Giddens intitula a “economia capitalista” como sendo uma das dimensões da globalização, o controle do Estado nação e o seu poder é determinado pela condição econômica, este é dissolvido no poder de influência sobre outros Estados, geralmente os países subdesenvolvidos sofrem esta influência mais perniciosamente em diversos aspectos. É um fato, que após a Guerra Fria, os adventos tecnológicos criados foram responsáveis por alavancar um processo global, a informatização, a quebra de fronteiras físicas e o transporte de alta velocidade, instituíram uma concepção de mundo para além do que se imaginava. Se faz necessário o entendimento do que é o processo da globalização para compreender os fenômenos que formam neste momento, como dito anteriormente, a dimensão econômica, o capital, a internacionalização dos mercados e da produção, as corporações e os Estados nação, constituem uma nova estrutura dentro do espaço global.

Os processos que ocorrem nas estruturas do Estado no ocidente, a racionalização, a cristalização da estrutura administrativa nos moldes burocráticos, a criação das funções jurídicas, contemplam o ambiente favorável para o desenvolvimento capitalista no Ocidente, o paralelo feito por Weber, entre a empresa moderna e o Estado demonstram que a racionalização econômica necessitava de um ambiente favorável para se desenvolver, logo se nota uma reestruturação das formas políticas que influem diretamente no Estado moderno (BIANCHI, 2014).

As corporações a partir de 1945 e depois da Guerra Fria, intensificaram sua presença por todo globo, com um “boom” econômico, o que antes eram “empresas de garagem” se tornaram grandes complexos empresariais, obtiveram influência e poder na crescente sociedade do consumo que naquele momento pós Guerra Fria se deslumbrava com os sucessos do capitalismo. Esse estudo, tende a ir além do fenômeno no qual a teia das corporações absorve a política, é um estudo para compreender o poder que estas desenvolvem e influem dentro da ordem social como um todo, seu gigantismo representa o perigo em que estamos envolvidos e que envolve nossa condição humana.

O enquadramento é necessário para compreendermos as transformações a partir do paralelo entre desenvolvido e subdesenvolvido, a economia global reflete diretamente na política regional, o Brasil se encontra no meio da teia global como uma fonte de riqueza inestimável, entender o empresariado brasileiro, sua formação e mentalidade nos fornece respostas para decifrar os comportamentos e ações empresariais em que a burguesia

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: pedrohenriqueramalholima@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Luiz Flavio Neubert.

nacional associada ao capital externo se torna responsável pela expropriação dos nossos recursos por “migalhas” oferecidas pelo capital externo e aceitas pela nossa economia nacional fragilizada. Baseado no livro “Corpo e Alma do Brasil - Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil” de Fernando Henrique Cardoso, um dos primeiros livros que tratam sobre o desenvolvimento nacional e o empreendedor brasileiro, busco os alicerces necessários para explicar como o empresariado nacional se articula no cenário mundial em que as organizações corporativas internacionais são detentoras da maior parcela dos mercados.

As relações internacionais passaram a conviver com um constante embate entre a mais intensa participação de atores não-governamentais (como empresas multinacionais e organizações não governamentais), e dos Estados, levando ao surgimento de novas formas de relacionamento tanto internacional quanto entre o Estado e sua população, [...] (CINTRA, 2000; p. 3)

2. ALGUNS ASPECTOS SOBRE A CORPORAÇÃO.

Quando se busca uma definição para corporação, geralmente a diferença se dá pelo caráter desta instituição, partindo da ideia que a “corporação é uma forma particular de instituição” (BIANCHI, 2014), nota-se que as corporações multinacionais em que irei falar, são baseadas no conceito de empresa (Betrieb²) traçado por Weber, “uma ação contínua que persegue determinados fins” (WEBER, 1999, V. 1; p. 32). A conduta corporativa imersa na dinâmica do capital, estabelece dentro da configuração do Estado, uma conduta de poder, “a possibilidade de impor a própria vontade sobre a conduta alheia, dentro de uma relação social para além do poderio econômico” (WEBER, 1983) a condição estamental reflete no feixe da dominação de interesses. É interessante ressaltar que a condição econômica não é a detentora única do poder, esta é condicionante das honras sociais. Além disso, a formação da conduta corporativa ocorre a partir de uma “situação de classe” que possui basicamente os interesses econômicos semelhantes, essa relação é baseada e determinada pelo mercado.

[...] o fator que cria a “classe” é um interesse econômico claro, e na verdade, apenas os interesses ligados à existência do “mercado”. (WEBER, 1974; p. 214)

A pirâmide que constitui a relação interna da organização corporativa, representa a “estratificação estamental” (WEBER, 1974; p. 223), esta segmentação ocorre nos níveis principalmente materiais e de oportunidades em que os detentores do monopólio representam o topo da pirâmide.

Atualmente na era do capitalismo financeiro o monopólio ocorre a partir das grandes organizações que se formam como uma comunidade com grandes extensões, estas por sua vez compreendem diversos setores do mercado e abarcam uma gama de serviços, criando um cartel no mercado de atuação, logo concentrando a disponibilidade de serviços na mão de uma pequena parcela. A formação das corporações parte da lógica única, a defesa de seus interesses (lucro), essa formação se dá por meio de organizações e estruturas que envolvem desde setores com o caráter social a setores estritamente financeiros. Uma característica marcante, é sua forma como se articula internamente, o “corpo” de “ação” é voltado para todo o grupo de pessoas para buscar o crescimento da mesma, nesse sentido podemos compreender a corporação como uma instituição moderna que possui interesses semelhantes na busca da sobrevivência no mercado.

Segundo Peter Drucker³ (1946, apud Lodi, 1968, p. 86) “a moderna empresa de negócios não é apenas uma instituição econômica; ela deve ter um conceito atrás de si, uma organização e uma constituição. Ela é uma instituição social e uma comunidade e, como tal, deve ser dirigida e estudada”. Olhando para a formação dessas organizações em “*The Concept of the Corporation*”⁴ evidência que esse fenômeno das corporações é resultado do “seu tempo” (modernidade), a racionalização econômica, social e organizacional do ocidente, produzem as diretrizes os princípios, os cargos gerenciais e produtivos a hierarquia organizacional, a burocracia e os novos modelos de gestão Além das corporações serem vistas como instituições, as mesmas possuem características que se assemelham aos indivíduos, diferentemente de pessoas, essas corporações buscam ao máximo preencher os interesses de consumo de cada cidadão, apresentam estudos e traçam a personalidade de cada indivíduo que buscam atender. A corporação é um paradoxo como dito no documentário “*The Corporation*

² Termo em alemão que significa empresa.

³ Escritor e professor, é reconhecido como um dos principais pensadores da administração moderna.

⁴ Em *The Concept of the Corporation*, Peter Drucker estabelece a ideia que a corporação é uma instituição social, tornando necessário o estudo dessa organização que é originário do “boom” econômico na era industrial e pós-industrial.

(2003)⁵, uma geradora de riquezas e destruidora de recursos, na busca por atender os acionistas, o CEO tem como característica principal aumentar o rendimento corporativo seja usurpando das riquezas naturais, poluindo o meio ambiente ou prejudicando os consumidores, prevalece os interesses dos “traders” acima da responsabilidade social que a corporação venha a defender. Uma estrutura fragmentada, no qual os agentes no topo da pirâmide representam os detentores dos meios de produção, no meio dela, os “managers”, analistas e supervisores, e por fim o grupo de assalariados, todos esses são responsáveis pela transposição de lucros para o mercado financeiro. Os agentes privados como a corporação ganham dimensões que ultrapassam até mesmo a produção de capital, o grande complexo econômico agora se torna um agente político, a figura do homem líder se torna a figura ideal do homem político na condição que a sociedade tecnocrata exige dos agentes privados essa postura de liderança que em um governo democrático passa a ser a referência de um “novo personagem”, não mais a ideia do político, mas da imagem do empresário enquanto excelente administrador, do agente corporativo bem sucedido que se torna o ator político, este por sua vez busca o controle do Estado almejando privilégios que acrescentem no desenvolvimento das empresas corporativas.

2.1 No cenário global, a corporação.

Visto que este trabalho se trata de uma instituição moderna, tratar dela exige que seja analisado diversos fatores que influenciam na conjuntura do sistema. A condição globalizante, permite compreendermos os reflexos das corporações na política, na sociedade e obviamente na economia. A aldeia global⁶ dita por Milton Santos, compreende o fenômeno mundial no qual o mundo todo se encontra interligado, formando a ideia de uma só nação, “aldeia”, isto reflete diretamente na forma como as corporações ampliam seu poder, a forma de atuação é moldada para atingir o máximo de países que possuem acesso. É fácil entender, que o fluxo financeiro (financeirização), a perda de lastro da moeda, e as condições no qual os Estados nacionais se encontram, se alteram, por sua vez a evolução técnica favorece um novo modelo, com a mesma lógica, uma maior capitalização da riqueza mundial na mão obviamente dos detentores dos meios de produção. Foram criadas as condições necessárias para a internacionalização dos mercados e da produção, a proposta da mundialização do consumo é atendida pelas corporações multinacionais que estendem suas “teias” por diversos países, desmembrando os setores gerenciais e produtivos em diversos países, buscando as melhores condições para o gerenciamento e as facilidades para a produção, seja de isenção fiscal, mão de obra qualificada, à leis ambientais menos rígidas, a implantação de filiais em países subdesenvolvidos dependerá das concessões feitas pelos governos desses países. Tomando como exemplo, a partir de 1970, o bloco dos Tigres Asiáticos (Hong Kong, Taiwan, Cingapura, Coréia do Sul) surge com o enorme investimento das grandes empresas japonesas, se torna um símbolo desse processo de “abertura” de mercado para atender as multinacionais, por possuir mão de obra barata e qualificada e uma política de incentivo estatal, estes países são um demonstrativo mais claro no sentido da internacionalização dita anteriormente. Esta mundialização econômica e financeira, segue um dos feixes de estudo deste trabalho para compreendermos como o próprio Estado e sua jurisdição é sufocada pelo capital globalizado (poder privado), podemos perceber isso quando comparamos o PIB dos países com a arrecadação das empresas.

A rede de supermercados Walmart possui um lucro anual de US\$ 486 bilhões, o que é maior que o PIB da Áustria de US\$ 403,8 bilhões. A Amazon, empresa que vende artigos eletrônicos e livros digitais fatura anualmente US\$ 107,0 bilhões, o que ultrapassa o PIB da Croácia de US\$ 90,3 bilhões. A Royal Dutch Shell, arrecada US\$ 265 bilhões por ano, o que supera o PIB da Hungria de US\$ 257 bilhões.⁷

Esses dados, são alguns demonstrativos que evidenciam o poderio financeiro das empresas perante alguns Estados nação, neste sentido, se compreendemos que a veia econômica é a principal corrente para a dominação do privado pelo público, se atentar a esses números é perceber o perigo que as gigantescas proporções dos agentes privados estão tomando/infiltrando a partir da lógica financeira na era da qual a ascensão de corporocracias é crescente.

2.2 “Globalitarismos”.

⁵ *The Corporation* é um documentário de 2003 que aborda a influência das corporações em nossa sociedade.

⁶ O termo foi criado pelo filósofo Herbert Marshall McLuhan, Milton Santos descreveu de maneira reflexiva e crítica sobre este conceito no livro “Por uma outra globalização, do pensamento único à consciência universal”.

⁷ Ver em <https://noticias.r7.com/internacional/fotos/conheca-8-empresas-poderosas-que-tem-faturamento-maior-do-que-o-pib-de-muitos-paises-27032016#!foto/1>

Esse termo utilizado por Milton Santos no livro *“Por uma outra globalização, do pensamento único à consciência universal”* e no documentário *“O Mundo Global Visto do Lado de Cá”* para descrever sua perspectiva sobre a globalização, refere-se ao processo entendido por ele como um totalitarismo dos grandes países do “norte”.

“Entre os fatores constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual, encontram-se a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social. São duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos – isto é, dos globalitarismos – a que estamos assistindo.” (SANTOS, 2000, p. 19)

A lógica do consumo é inegável e permeia por toda a sociedade, a mídia é a grande responsável pela formação de “globalitarismos”, visto que as grandes corporações midiáticas são “patrocinadas” por empresas que buscam atender critérios próprios, publicando apenas o que interessa para seus “patrocinadores”. Por meio da manipulação e articulação, as grandes organizações mundiais, como Banco Mundial, FMI, as organizações que regulam o comércio, entre outras, favorecem a imposição das empresas nos países subdesenvolvidos.

Os governos neoliberais que se acendem no século XX, se ancoram e defendem que o progresso virá a partir do momento em que o desenvolvimento interno se aliar ao desenvolvimento internacional, abrem o mercado permitindo a vinda de diversas empresas privadas que adentram o país fragilizando o mercado nacional e promovendo a quebra e privatização de estatais, a exemplo, a crise nos anos 80 na Argentina⁸, a sua hiperinflação, a desvalorização do peso devido o efeito cascata no cenário global, promoveu a quebra das estatais argentinas e o aumento do desemprego, é evidente que este cenário é formado a partir de outra crise, e esta “onda” invade os ditos países emergentes que sofrem em proporções maiores por não possuírem um mercado nacional consistente, uma moeda forte e uma indústria de alto desenvolvimento, além de outros fatores que se tornam mais específicos. Esta ascensão dos ideais liberais principalmente na América Latina, parte do Consenso de Washington em que os neoliberais acreditavam a partir de “ajustes econômicos” que para uma guinada na economia da América Latina seria necessário seguir a “agenda” proposta pelas organizações mundiais (FMI e BM), o que na verdade atendia os interesses dos investidores americanos que buscavam a partir da moeda fragilizada e das privatizações um mercado promissor, visto que a instabilidade é bem aproveitada por esse segmento.

2.3 Estabelece uma nova divisão internacional do trabalho.

A partir da Revolução técnico-científica, a produção industrial é transformada a partir do aprimoramento das tecnologias, a especialização da mão-de-obra exige uma maior qualificação do trabalhador na modernidade, isto reflete diretamente no processo industrial, os países que saem na frente no desenvolvimento industrial são mais eficazes na produção de uma mão de obra mais qualificada. Com a internacionalização da produção, com a demandada de fábricas para os países subdesenvolvidos, podemos notar que a indústria que se instala nestes locais são indústrias de base e também indústrias de bens de consumo duráveis ou não-duráveis, e para o “primeiro mundo” as indústrias de ponta, principalmente por terem o setor tecnológico mais aprimorado. Empresas como a Nike, possuem fabricantes em diversos países principalmente no Sudeste Asiático, em que as leis trabalhistas são frágeis e a relação de mão de obra e matéria prima representam custos baixíssimos, a expropriação radical do trabalho na nova divisão internacional, afeta principalmente a qualidade de vida dos indivíduos e contribui para a concentração de riquezas dos mais ricos, visto que esta forma de trabalho é mais alienante que no período pré-revolução técnico-científica, logo o trabalhador não sabe o valor real do que produz, visto que a especialização técnica é crucial para o método industrial.

2.4 O discurso sobre responsabilidade social.

O discurso, neste caso, é a representação de uma ideia falsa que as empresas apresentam para o público, demonstrando uma preocupação com o bem-estar de todos que formam sua cadeia. No entanto, não existe garantias que o fato de agradar a opinião pública não passe apenas de mídia para camuflar os

⁸ Ver https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2001/011221_perguntasargentinasabg.shtml

verdadeiros problemas causados pelas empresas. O que realmente ocorre é que as irregularidades não devem aparecer para que não prejudique os investimentos, a condição de demonstrar um “zelo” pelas questões sociais, ambientais e trabalhistas faz com que a imagem da corporação seja revista, influenciando diretamente na ideia de uma empresa preocupada com seus consumidores e trabalhadores. Além disso a preocupação reflete também internamente, a melhora nas condições de trabalho, propiciam um melhor desempenho do trabalhador, logo uma melhor qualidade de vida, porém estas condições são respeitadas nos locais em que a lei dos governos legislam e protegem os trabalhadores, fora deste contexto a exploração tende a ocorrer nos lugares em que essas condições são mais fragilizadas. É como uma bula de remédio: apresentar os efeitos positivos em destaque e os efeitos negativos em minuciosidade, a “imagem institucional”, depende da transparência entre empresa e consumidor, entre essa espécie de “contrato” em que a ética corporativa é o que está em jogo.

[...] A finalidade de uma empresa não é realizar o bem moral por toda parte e sempre. Isso pode ser uma exigência privada dos indivíduos, não a obrigação empresarial. A solidariedade só pode ser uma opção instrumental de uma empresa, uma possibilidade, na medida em que é compatível com os seus interesses econômicos, suas perspectivas de desenvolvimento e sua situação no mercado (LIPOVETSKY, 2008; p. 48; p. 59).

2.5 Um novo ator político.

A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária disto foi a centralização política. Províncias independentes, quase somente aliadas, com interesses, leis, governos e direitos *alfandegários diversos, foram comprimidas numa nação, num governo, numa lei, num interesse nacional de classe, numa linha aduaneira.* (MARX, 2005, p. 44)

Como foi dito anteriormente, o meio privado se insere no meio público para ser o protagonista então das funções que antes o Estado tinha autonomia para decisão. A ascensão deste ator político, deve-se a concentração de capital e a difusão dos mercados por todo o globo, essa emancipação das empresas multinacionais é responsável pela formação dessa “economia internacional”, na qual se expressa uma nova configuração econômica que é determinante sobre as estruturas do Estado nação. No momento em que o papel econômico destas empresas avançam e influem dentro do Estado contemporâneo, a autonomia que possuem é associada a economia do Estado e nesse momento abre-se espaço para discutirmos qual a posição que o Estado deve tomar frente aos centros capitalistas que dominam e confrontam em certa parte com as políticas estatais e colocam em choque sua autonomia administrativa. A complexidade das decisões, segundo CARDOSO (1964, p. 38), “ultrapassa a simples resolução sobre a “aquisição” dos meios necessários para a realização de um fim econômico, atingindo esferas do comportamento em que a capacidade de coordenação, de persuasão e de imposição políticas tornou-se fundamental.” Além da concentração de capital, outro fator importante, é o nível de centralidade que a multinacional detém para a articulação enquanto ator.

Mas qualquer que seja a natureza do jogo que presida a interação das multinacionais em plano instrumental é importante frisar que os meios instrumentais para que elas estabeleçam entre si as regras desse jogo, enquanto atores políticos internacionais que são, lhes são fornecidos pelo grau da centralização de decisões existente na “economia internacional” (MARTINS, 1975, p. 47)

3. O CENÁRIO BRASILEIRO.

Nesta parte, o enfoque se torna a conexão entre local e global, a fim de compreender e comparar a forma como o empresariado brasileiro age de acordo com a conjuntura exterior, trago algumas análises importantes feitas por Fernando Henrique Cardoso sobre esta burguesia industrial. O que se vê nas sociedades industrializadas na modernidade, é uma ruptura entre o que é definido como propriedade e controle administrativo, essa separação quando vista a partir do enfoque global, percebe-se uma dependência do empresariado brasileiro em relação aos mecanismos de gerenciamento mundiais, esse tipo de dependência é resultante da complexidade nos processos da burocratização mundial em que a empresa brasileira não consegue acompanhar. Segundo CARDOSO (1964, p. 41), “[...] o crescimento industrial das áreas subdesenvolvidas realiza-se numa época em que não só as condições do mercado internacional são diversas e balizadas pela ação dos monopólios e grandes companhias, como o padrão técnico da produção é imposto pela

ciência e pela prática industrial das economias já desenvolvidas.” A industrialização que se submete no Brasil, é formada a partir de uma pressão externa, no contexto em que a “substituição de importação”, é responsável por acelerar este processo, e neste meio as indústrias são formadas em um curto intervalo de tempo. Essa tensão, é responsável pelo processo em que mesmo ocorrendo tardio, a industrialização produziu uma gama de pequenas indústrias em que suas bases apresentam deficiências para o desenvolvimento em solo nacional. Nota-se que o raciocínio empreendedor está preso ao tradicionalismo, em que as relações estabelecidas demonstram um espírito paternalista no interior das empresas, a falta de um projeto que vise a modernização não permite que o mercado se expanda e crie uma economia dinâmica. O conjunto heterogêneo dos industriais dificulta a formação de uma classe unida que possa reivindicar os seus projetos e anseios, buscam na política um Estado que seja responsável por construir um terreno fértil para o crescimento das empresas, discordam das intervenções estatais pois alegam que o “Estado é mau patrão e mau administrador” (CARDOSO, 1964, p. 135), mas no momento em que a “saúde” econômica da “minha empresa” está em risco, os mesmos recorrem ao Estado buscando auxílio. A defasagem do setor se agrava, quando percebemos que o desenvolvimento técnico da produção, não acompanha o lucro, o pensamento de que o limitante da “expansão não é o mercado, mas sim o capital” (CARDOSO, 1964, p.127) norteia esse grupo, então o lucro acima da inovação se configura como um imperativo da burguesia industrial brasileira.

A constituição de consórcios empresariais e fusões demonstram uma postura que cerceia a concorrência, reduzindo o número de competidores dentro do mercado são resultadas geralmente das pressões de blocos empresariais externos que se constituem em busca de uma concentração e cartelização. A problemática é ainda maior, quando se percebe que o projeto histórico criado, é um projeto de subserviência diante ao capital externo, este é resultante da lógica dos governos neoliberais que promoveram privatizações principalmente na década de 80 e 90, as políticas de abertura econômica, a desvalorização da moeda e os altos juros internos, representam um pouco do momento em que o Brasil se encontrava. A cartilha do Consenso de Washington, norteava os neoliberais, era a receita de bolo do sucesso para as políticas liberais, suplantada esta cartilha para o Brasil, a busca pelo enquadramento apenas fez o país se afundar em uma crise e em uma enorme dívida com o FMI. Percebe-se então, que as proporções do capitalismo corporativista começam a se expandir, o uso das forças de coerção sobre as estruturas governamentais, políticas, econômicas e sociais são provedoras da crescente desigualdade acarretada e da crise democrática que se instaurou e prossegue até os dias de hoje. A força de influência dos grupos de interesse invade a política, um dos principais meios em que a captura de oportunidades ocorre, desde do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, a dominação do empresariado “subordinado” aos preceitos corporativos.

Com a alteração em leis específicas (fiscais, ambientais, trabalhistas), com a forma como essa lei é aplicada, até mesmo os agentes responsáveis pela fiscalização são suprimidos para atender os interesses deste grupo. A partir da grande camada de políticos que apoiam a camada corporativa, este setor possui acesso privilegiado e antecipado das informações, os políticos são os agentes responsáveis por aprovarem pautas que privilegiam o empresariado, a camada de políticos que compreende a bancada empresarial, busca defender os interesses do seu segmento a partir das “trocas de favor”, neste sentido, o financiamento de campanha e o caixa 2 são formas que o empresariado encontra para criar uma espécie de “laço” com o político, um investimento que facilita as prospecções dos interesses das empresas no âmbito governamental.

Além disso, a prática do lobby que é ilegal no Brasil se torna um recurso frequente, em que se utiliza um agente privado e se insere ele dentro do congresso e das comissões parlamentares, para atender unicamente aquela empresa “X”. A manutenção e crescimento econômico das riquezas corporativas ocorrem também a partir do processo ideológico, este por sua vez se fundamenta no escopo da desinformação política, do desinteresse e dos baixos índices educacionais deste povo para então sustentar e produzir ideias conforme estes pretendem, a “demonização” da política”, a política como sinônimo de falcatrua e ladroagem, a resignificação da profissão do político agora associada ao empresário (agente privado), entre outras ideias que permeiam pela sociedade e compõem um problema que ecoa diretamente no “ponto-de-vista” da população, principalmente nos momentos em que o “fazer” democrático a partir do voto é exigido deste povo.

O que também é possível ver dentro do Estado brasileiro, é que o discurso das privatizações sem esteve presente nas políticas que se instituíram aqui, quando a máquina estatal apresenta seus primeiros defeitos, a primeira solução é entregarmos ela para alguém que saiba arrumar, segue nesta lógica o porquê que a nossa política se encontra em crise estrutural, o corporativismo estatal sofre com a precarização devido à forte presença do capital externo aliado a um desmantelamento desses setores por conta das políticas estruturais dos governos que demonstram desinteresse em relação as estatais.

4. CONCLUSÃO

Nosso país segue a conduta implícita dos fenômenos que o mundo global produz, a corporação é de fato uma máquina totalitária, se impõe diante de todos que contrapõem as suas prospecções de capital, se proliferam na era moderna e representam o que há de mais perverso do espírito capitalista. A elucidação de algumas características corporativas e alguns processos globais em que sua força perpassa são necessários para a construção desse “diálogo” entre o periférico e o central, pensando nas fragilidades da nossa indústria e como a falta de um Estado mais presente foi fundamental para que as condutas corporativas ingressassem com facilidade dentro do mercado e da estrutura política brasileira. A partir deste ingresso, nota-se que a figura controladora, que busca no Estado expandir suas teias de controle, manipuladora, a partir do discurso de responsabilidade social que oculta e apazigua seus “crimes”, demonstrando apenas uma boa imagem da instituição, e exploradora nos diferentes níveis da produção, correspondem a um traço da “personalidade” da figura corporativa. Olhando para o Brasil e a influência perniciosa em que a estrutura internacional nos afeta, pensar em projetos que busquem a solidez das indústrias, que o Estado enquanto responsável pela formação de bases, proponha as reformas modernizadoras na dinâmica industrial, para que com bases consistentes tenha-se a possibilidade de criar um mercado menos fragilizado, tendo em vista que se adequar as políticas das nações centrais é persistir no projeto de dependência instaurado historicamente no Brasil.

Se a estrutura de poder influí diretamente dentro da organização política, o que está em jogo é a nossa democracia, a fala de José Saramago em um discurso e incorporado no documentário “The Corporation”⁹, resume bem a condição da nossa democracia alienada a partir das forças internacionais

“- [...]E não se repara que a democracia em que vivemos é uma democracia sequestrada, condicionada, amputada. Porque o poder do cidadão, o poder de cada um de nós, limita-se, na esfera política, a tirar um governo de que não se gosta e a pôr outro de que talvez venha a gostar. Nada mais. Mas as grandes decisões são tomadas em uma outra grande esfera e todos sabemos qual é. As grandes organizações financeiras internacionais, os FMI, a Organização Mundial do Comércio, os bancos mundiais. Nenhum desses organismos é democrático. E, portanto, como falar em democracia se aqueles que efetivamente governam o mundo não são eleitos democraticamente pelo povo? Quem é que escolhe os representantes dos países nessas organizações? Os respectivos povos? Não! Onde está então a democracia?”

Nesse cenário, a representação é uma das formas resultantes para a emancipação, compreender que estamos no meio do processo global e somos responsáveis pela quebra da dependência internacional se faz necessário, a partir de uma política educacional que busque a emancipação e não faça parte do projeto de subserviência em que o povo brasileiro se encontra. Entender também que esse projeto emancipatório é único e tem a sua face brasileira em que tentar se enquadrar em um “pseudo” projeto internacional, é reforçar a dependência estrutural de um país que historicamente e até hoje em dia se apresenta com caráter de uma colônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

GIDDENS, Anthony; FIKER, Raul. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991. p. 155.

MARTINS, Luciano. **Nação e corporação multinacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. p. 32. 2 v.

WEBER, Max. et al. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1974. p. 214-223.

⁹ Produzido por Mark Achbar e Jennifer Abbott no Canadá e lançado em 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. ed. Rio de Janeiro: Record; 2000. p. 19.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Tradução. Álvaro Pina: São Paulo

BIANCHI, Alvaro. **O Conceito de Estado em Max Weber**. São Paulo: Lua Nova, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n92/a04n92.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

LIPOVETSKY, Gilles. **Metamorfoses da cultura liberal: ética, mídia e empresa**. Trad. de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 48; p. 59.

BAKAN, Joel. **A corporação a busca patológica por lucro e poder**. São Paulo: Novo Conceito, 2008.

CARDOSO, FERNANDO HENRIQUE. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. 2.a edição. Tradução. 8. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964. p. 38; 41; 127; 135;

TEIXEIRA, Carla. **Honra Moderna e Política em Max Weber**. Rio de Janeiro: MANA, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v5n1/v5n1a05.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

ACHBAR, Mark; ABBOTT, Jennifer. **A Corporação**. Canada: [s.n.], 2004 (2h 25min 41s) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zx0f_8FKMrY>

CINTRA, Rodrigo. **Brasil e o novo cenário mundial: A dinâmica de uma inserção**. Barcelona: Working Papers, 2000. Disponível em: <https://www.icps.cat/archivos/WorkingPapers/WP_I_186.pdf?noga=1>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BÉRRON, Gonzalo; GONZÁLEZ, Luz. **A privatização da democracia**. Vigência, 2017. Disponível em: <http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2016/06/Vige%CC%82ncia_Cata%CC%81logo_FINAL.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.